



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**Comissão de
Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle**

Relatório das Principais Atividades

Abril à Outubro de 2015



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle

(61) 3348-8958 e-mail: cfgtc@cl.df.gov.br

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º andar, Sala 5.29, CEP 70094-902, Brasília/DF

MEMBROS

Titulares

Deputado Joe Valle - *Presidente*

Deputado Rodrigo Delmasso - *Vice-Presidente*

Deputada Chico Leite

Deputado Rafael Prudente

Deputada Telma Rufino

Suplentes

Deputado Prof. Reginaldo Veras

Deputado Bispo Renato

Deputado Ricardo Vale

Deputado Robério Negreiros

Deputado Agaciel Maia

EQUIPE TÉCNICA

Thays Mendes Ferreira – *Secretária Executiva*

Dulce Portela Vaz de Oliveira Reiner

Erika Nakamura Botelho

Fernando José Botelho Taveira

Lilium Ayako Matsunaga

Luiz Antônio Bueno Lopes

Maristela Zorzo

William Torres Magalhães

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
1. REUNIÕES DA COMISSÃO	06
1.1 Reuniões realizadas	06
1.2 Proposições apreciadas	07
2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	13
2.1 Apresentação dos relatórios de gestão da Secretaria de Saúde do DF	13
2.2 Debate sobre a destinação dos Postos Comunitários de Segurança no DF	14
3. AÇÕES VOLTADAS PARA A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E FORMAÇÃO DE PARCERIAS	15
4. AÇÕES VOLTADAS PARA FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO DF	17
4.1 Realização de comissão geral	17
4.2 Solicitações de informações (Requerimentos e ofícios): SES, HBDF e HRAN	18
4.3 Realização de visitas técnicas	21
5. PROPOSTA DE CADERNO DE RESPONSABILIDADE ATIVA	23
6. AVALIAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	24
7. PLANEJAMENTO DA COMISSÃO	25
7.1 Planejamento Estratégico	25
7.2 Plano Anual de Trabalho	26

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório refere-se as principais atividades desenvolvidas pela Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC, no período de 1º de abril a 19 de outubro de 2015, em cumprimento à sua competência institucional estabelecida no art. 69-C do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Foram realizadas 7 (sete) reuniões no período, nas quais foram apreciadas 48 (quarenta e oito) proposições, entre projetos de lei, projetos de lei complementar, requerimentos e indicações. Também foram realizadas 1 (uma) Comissão Geral para debater a atuação dos órgãos de controle para melhoria da saúde pública no DF e 4 (quatro) audiências públicas: três para apresentação dos relatórios de gestão da Secretaria de Estado de Saúde do DF e uma para debater a destinação dos postos comunitários de segurança.

Merece destaque no período as ações de fiscalização empreendidas pela Comissão na área da saúde, conforme priorizado no Planejamento Estratégico e no Plano de Trabalho de 2015, e a assinatura de Acordos de Cooperação Técnica entre a CFGTC e o Ministério Público do DF e Territórios, o Tribunal de Contas do DF, a Controladoria Geral do DF e a Defensoria Pública do DF, visando a otimização e integração de ações de controle para o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da população do Distrito Federal.



1. **REUNIÕES**

A Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle deliberou em sua reunião de instalação, realizada em 1 de abril de 2015, por reunir-se ordinariamente na primeira quinta-feira de cada quinzena, a partir das 14h, nas salas de reuniões das comissões. O funcionamento da Comissão observa o quórum mínimo (50% mais 1) e as decisões foram tomadas predominantemente por consenso.

1.1 Reuniões realizadas

Foram realizadas, no período de 1º de abril a 19 de outubro de 2015, 7 (sete) reuniões da Comissão, sendo 1 (uma) extraordinária e 6 (seis) ordinárias. As atas das reuniões, devidamente aprovadas pelos membros, foram publicadas no Diário da Câmara Legislativa. A Tabela 1 apresenta as datas das reuniões e os nomes dos membros presentes em cada uma delas.

Tabela 1 – Histórico de participação dos membros titulares nas reuniões

REUNIÃO	DATA	MEMBROS PRESENTES
1ª Extraordinária	01/04/2015	Deputados Joe Valle; Chico Leite; Rodrigo Delmasso e Rafael Prudente
1ª Ordinária	30/04/2015	Deputados Joe Valle; Chico Leite e Rodrigo Delmasso
2ª Ordinária	11/06/2015	Deputados Joe Valle e Chico Leite
3ª Ordinária	25/06/2015	Deputados Joe Valle; Chico Leite e Rodrigo Delmasso
4ª Ordinária	13/08/2015	Deputado Joe Valle
5ª Ordinária	10/09/2015	Deputados Joe Valle; Chico Leite; Rodrigo Delmasso e Rafael Prudente
6ª Ordinária	08/10/2015	Deputados Joe Valle; Rodrigo Delmasso; Rafael Prudente e Telma Rufino

1.2 Proposições apreciadas

Ao todo foram apreciadas 48 proposições, sendo 12 (doze) projetos de lei, 2 (dois) projetos de lei complementar, 30 (trinta) requerimentos e 4 (quatro) indicações.

Tabela 2 – Quantitativo de proposições apreciadas nas reuniões, por tipo e por reunião

REUNIÃO	TIPO				TOTAL
	PL	PLC	REQ	IND	
1ª RE	3	0	1	4	8
1ª RO	3	1	4	0	8
2ª RO	0	0	0	0	0
3ª RO	4	1	15	0	20
4ª RO	0	0	0	0	0
5ª RO	1	0	7	0	8
6ª RO	1	0	3	0	4
TOTAL GERAL REUNIÕES	12	2	30	4	48

Nota 1: a 2ª e 4ª reunião ordinária não tiveram quórum;

Nota 2: não estão contabilizadas as proposições retiradas de pauta e pendentes de deliberação.

Tabela 3 – Resumo das proposições apreciadas nas reuniões

PROPOSIÇÃO	Nº	EMENTA	AUTOR	RELATOR	PARECER	RESULTADO
PL	1896/2014	Acrescente artigo à Lei nº 4.949, de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal para determinar a publicação da justificação dos gabaritos pelas bancas examinadoras.	Dep. Chico Leite	Dep. Rafael Prudente	Pela aprovação	Aprovado
	024/2015	Altera a Lei 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre os conselhos tutelares do distrito federal e dá outras providências.	Dep. Júlio César	Dep. Rodrigo Delmasso	Pela aprovação	Aprovado
	145/2015	Dispõe sobre a publicação mensal, em diário oficial e outros meios eletrônicos, da relação das diárias utilizadas pelos agentes públicos.	Dep. Robério Negreiros	Dep. Rodrigo Delmasso	Pela aprovação	Aprovado
	061/2015	Institui a política de transição entre mandatos do Poder Executivo Distrital.	Dep. Cristiano Araújo	Dep. Rafael Prudente	Pela aprovação	Aprovado
	1508/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Governo do Distrito Federal disponibilizar na rede mundial de computadores e no Diário Oficial a demanda reprimida da Rede de Saúde.	Dep. Cláudio Abrantes	Dep. Chico Leite	Pela aprovação	Aprovado
	1323/2013	Institui boas práticas e padrões de qualidade no atendimento ao usuário de serviços públicos no Distrito Federal e dá outras providências.	Dep. Robério Negreiros	Dep. Rafael Prudente	Pela aprovação	Aprovado
	300/2015	Dispõe sobre a publicação das súmulas dos contratos celebrados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal com particulares.	Dep. Sandra Faraj	Dep. Joe Valle	Pela aprovação	Aprovado
	338/2015	Dispõe sobre a transparência dos gastos com cartão corporativo.	Dep. Cristiano Araújo	Dep. Rodrigo Delmasso	Pela aprovação com emenda substitutiva apresentada	Aprovado
	1654/2013	Proíbe a contratação, pelos Poderes do Distrito Federal, de empresas cujos proprietários ou dirigentes sejam parlamentares ou parentes destes.	Dep. Chico Leite	Dep. Rodrigo Delmasso	Pela aprovação e pelo acatamento da emenda modificativa nº 1/2013	Aprovado PL e rejeitada a emenda

PROPOSIÇÃO	Nº	EMENTA	AUTOR	RELATOR	PARECER	RESULTADO
PL	55/2015	Dispõe sobre a disponibilização de espaço próprio nos sítios oficiais dos órgãos e entidades públicas do Distrito Federal para consulta sobre o andamento de documentos	Dep. Cristiano Araújo	Dep. Tela Rufino	Pela aprovação	Aprovado
	418/2015	Estabelece critérios para transparência, controle e fiscalização da gestão fiscal no âmbito do Distrito Federal	Dep. Chico Vigilante	Dep. Rafael Prudente	Pela aprovação	Aprovado
	226/2015	Dispõe sobre o Mapa da Exclusão Social do Distrito Federal e dá outras providências"	Dep. Lúzia de Paula	Dep. Chico Leite	Pela aprovação	Aprovado
PLC	003/2015	Institui o Fundo Distrital de Defesa e Proteção dos Animais (FUNDEPA) e dá outras providências.	Dep. Lúzia de Paula	Dep. Chico Leite	Pela aprovação com emenda modificativa apresentada	Aprovado
	090/2014	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências, para determinar a realização de audiência periódica do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na Câmara Legislativa do Distrito Federal.	Dep. Robério Negreiros	Dep. Joe Valle	Pela aprovação	Aprovado
REQ	231/2015	Requer à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC a realização de audiência pública para tratar da crise financeira do Distrito Federal.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	459/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Companhia Metropolitana do Distrito Federal - Metrô.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	494/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Administração Regional do Gama, a respeito dos processos instruídos para licitação.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado

PROPOSIÇÃO	Nº	EMENTA	AUTOR	RELATOR	PARECER	RESULTADO
REQ	495/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à administração da Cidade do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, a respeito dos processos instruídos para licitação.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	497/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à administração Regional do Riacho Fundo I, a respeito dos processos instruídos para licitação.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	518/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a respeito da nomeação dos médicos pediatras.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	533/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Companhia de Urbanização da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, sobre obras inacabadas.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	534/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Companhia Energética de Brasília – CEB, sobre obras inacabadas.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	535/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER, sobre obras inacabadas.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	536/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, sobre obras inacabadas.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	537/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, sobre obras inacabadas.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado

PROPOSIÇÃO	Nº	EMENTA	AUTOR	RELATOR	PARECER	RESULTADO
REQ	538/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Secretaria de Estado de Educação, sobre obras inacabadas.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	539/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Secretaria de Estado de Saúde, sobre obras inacabadas.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	552/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Companhia Metropolitana do Distrito Federal - Metrô.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	580/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Secretaria de Estado de Educação, sobre o contrato de aluguel da Regional de Ensino em Sobradinho.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	665/2015	Requer a aprovação por parte da CFGTC, de Requisição de Auditoria ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, acerca do programa habitacional, “Morar Bem”.	Dep. Chico Leite	N/A	N/A	Aprovado
	680/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Secretaria de Estado de Educação, sobre a unificação de perícias médicas.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	699/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Administração Regional do Guará, sobre o contrato de concessão do Kartódromo Ayrton Senna	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	700/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Secretaria de Estado de Educação, sobre a nomeação dos pedagogos/orientadores educacionais.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	701/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Secretaria de Estado de Saúde, sobre recursos do fundo de saúde.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	732/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, a respeito da reestruturação do órgão e da carreira dos servidores do SLU.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado

PROPOSIÇÃO	Nº	EMENTA	AUTOR	RELATOR	PARECER	RESULTADO
REQ	733/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Secretaria de Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal, sobre a reestruturação do órgão e da carreira dos servidores do SLU.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	747/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, sobre a falta de medicamentos.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	748/2015	Requer à CFGTC o encaminhamento de solicitação de informações à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização, a respeito da Política Integrada de Atenção à Saúde do Servidor Público do Distrito Federal, instituída pelo Decreto nº 36.561, de 19 de junho de 2015.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	872/2015	Requer à CFGTC a requisição de auditoria ao TCDF, acerca do cumprimento das Leis nºs 3.965/2007 e 4.990/2012.	Dep. Chico Leite	N/A	N/A	Aprovado
	889/2015	Requer a CFGTC a realização de audiência pública e convocação do Presidente da CAESB para debater sobre o acordo coletivo de trabalho e a valorização profissional da categoria.	Dep. Rodrigo Delmasso e Bispo Renato	N/A	N/A	Aprovado
	951/2015	Requer a CFGTC a aprovação de realização de ação de fiscalização para avaliar possíveis danos ambientais dentro do Parque Ecológico Ezechias Henriger.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	907/2015	Requer à CFGTC a realização de audiência pública e convocação do Secretário de Educação e do Secretário de Gestão Administrativa e Desburocratização para debater sobre o não pagamento da pecúnia da licença prêmio aos professores e orientadores em processo de aposentadoria.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
	966/2015	Requer à CFGTC a realização de audiência pública para debater sobre a fiscalização dos serviços de táxi.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado

PROPOSIÇÃO	Nº	EMENTA	AUTOR	RELATOR	PARECER	RESULTADO
REQ	964/2015	Requer à CFGTC a instauração de procedimento de fiscalização e controle, para acompanhar o efetivo cumprimento das ações e dos prazos apresentados no "Plano de intervenção no lixão do Jóquei para encerramento das atividades irregulares no local.	Dep. Rodrigo Delmasso	N/A	N/A	Aprovado
IND	531/2015	Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da AGEFIS, a instalação de um posto de fiscalização na rodoviária de Brasília.	Dep. Raimundo Ribeiro	N/A	N/A	Acatada
	886/2015	Sugere à Secretaria de Mobilidade a intensificação da fiscalização do transporte clandestino na rodoviária interestadual, rodoviária do plano piloto, rodoviária de Taguatinga e aeroporto.	Dep. Dr. Michel	N/A	N/A	Acatada
	887/2015	Sugere a secretaria de estado de transporte, a fiscalização e identificação das vans de turismo que efetuam o transporte irregular de passageiros no DF.	Dep. Dr. Michel	N/A	N/A	Acatada
	911/2015	Sugere ao Poder Executivo do DF atendimento das reivindicações da carreira fiscalização e inspeção de atividades urbanas do Distrito Federal.	Dep. Cristiano Araújo	N/A	N/A	Acatada

2. **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS**

Ao todo foram realizadas 4 (quatro) audiências públicas, três para apresentação dos relatórios quadrimestrais de gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e uma para debater o destino dos Postos Comunitários de Segurança no Distrito Federal.

Em todas as ocasiões a Comissão contou com a participação dos conselhos ligados ao tema, bem como de representantes de órgãos distritais de controle como o Tribunal de Contas do DF, a Controladoria Geral do DF e a Defensoria Pública do DF.

2.1 **Apresentação dos relatórios de gestão da Secretaria de Saúde do DF**

As audiências públicas para apresentação, pelo Secretário de Estado de Saúde do DF, dos relatórios de gestão da Secretaria foram realizadas nos dias 14 de abril, 21 de maio e 25 de agosto, e nelas foram apresentados os relatórios do 2º quadrimestre de 2014, de todo o ano de 2014 e do 1º quadrimestre de 2015, respectivamente.

Os eventos tiveram como objetivo a prestação de contas dos recursos públicos aplicados no serviço de saúde do Distrito Federal, visando a publicidade e transparência da sua utilização e permitindo, assim, a fiscalização e o acompanhamento das ações desenvolvidas pelo Poder Público.

Após a realização de cada audiência foi enviado à Secretária de Saúde um ofício com sugestões de aprimoramento dos relatórios seguintes e encaminhando a ata do evento.



2.2 Debate sobre a destinação dos Postos Comunitários de Segurança no DF

A audiência pública que debateu o destino dos postos comunitários de segurança foi realizada em 18 de agosto de 2015 e contou com a participação de representantes dos conselhos de segurança e prefeituras comunitárias de várias regiões administrativas do Distrito Federal.

A ata com o registro da fala de todas as representações foi enviada ao Comando da Polícia Militar do Distrito Federal e também aos participantes do evento.

Vale registrar que esta audiência pública foi um desdobramento da ação iniciada em 2014 pela CFGTC com o objetivo de avaliar o desempenho do Programa dos Postos Comunitários de Segurança e que resultou no comparecimento do Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Distrito Federal na 2ª Reunião Ordinária da Comissão.

A análise técnica da CFGTC constatou uma série de falhas na concepção do Programa dos Postos Comunitários de Segurança, como a ausência de indicadores, metas e ações. Além disso, verificou-se que uma auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, realizada em 2011, encontrou evidências de que o programa não atendia satisfatoriamente aos quesitos de economicidade e eficiência e recomendou uma série de procedimentos ao Governo do DF para adequação do programa, bem como determinou que o GDF não implantasse novos postos.

Diante da situação a CFGTC convidou o Comando da Polícia Militar do DF para prestar esclarecimentos acerca da situação dos postos e nesta ocasião o representante da PMDF compartilhou que alguns postos comunitários seriam desativados e doados para uso em outras políticas comunitárias.

Tendo em vista a relevância do tema, e por entender interessar à toda população, a CFGTC realizou a referida audiência pública que teve como objetivo encontrar a melhor destinação pública para as estruturas dos postos que seriam desativados.



3. AÇÕES VOLTADAS PARA A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E FORMAÇÃO DE PARCERIAS

Com vistas a unir competências para fortalecer a fiscalização da gestão e da destinação de verbas públicas pela Administração Pública Distrital a Comissão buscou no ano de 2015 a aproximação com diversas instituições. Para tanto, o Presidente da CFGTC, Deputado Joe Valle, se reuniu com os titulares dos seguintes órgãos e entidades:

- ✓ Tribunal de Contas da União - TCU
- ✓ Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
- ✓ Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT
- ✓ Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF
- ✓ Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF
- ✓ Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal – CRM/DF
- ✓ Comitê Executivo Distrital da Saúde
- ✓ Conselho de Transparência e Controle Social
- ✓ Observatório da Saúde do DF do CNBB



Reunião com o MPDFT



Reunião com a CGDF



Reunião com a Defensoria Pública



Reunião com o Observatório

Como fruto deste trabalho, após diversas tratativas e análises jurídicas, a Comissão firmou 4 (quatro) Acordos de Cooperação Técnica-Institucional entre os meses de agosto e setembro de 2015. Abaixo segue o detalhamento dessas parcerias:

PROPONENTE	PARTÍCIPE	OBJETO
CFGTC	MPDFT	Articulação de esforços, a formação de parcerias e o compartilhamento de informações, visando à integração das ações do controle externo.
CFGTC	TCDF	Articulação de esforços, formação de parcerias e o compartilhamento de informações, recursos materiais, tecnológicos e humanos, por meio do estabelecimento de compromissos e ações conjuntas, visando à integração das ações de controle externo.
CFGTC	CGDF	Articulação de esforços, formação de parcerias e o compartilhamento de informações, recursos materiais, tecnológicos e humanos, por meio do estabelecimento de compromissos e ações conjuntas, visando à integração das ações de controle.
CFGTC	DPDF	Formação de parceria e o compartilhamento de informações, com vistas a identificar e buscar soluções para os principais problemas da Saúde Pública do Distrito Federal, de modo a reduzir demandas judiciais e melhorar os serviços prestados à população do DF.



Assinatura de Acordo com o MPDFT



Solenidade de assinatura dos Acordos de Cooperação com o TCDF, a CGDF e a DPDF

4. AÇÕES VOLTADAS PARA FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO DF

Em virtude da grave crise instalada na rede pública de saúde do Distrito Federal e da importância dessa política pública, sobretudo para os mais carentes, a CFGTC deliberou em sua primeira reunião do ano corrente por eleger a saúde como prioridade de suas ações de fiscalização e controle em 2015 e o Hospital de Base do DF (HBDF) foi o escolhido para o início das ações Comissão. O planejamento, a gestão, o controle dos gastos públicos foram o foco da primeira etapa do trabalho.

Com esta decisão, várias ações foram empreendidas pela Comissão para execução dos trabalhos de fiscalização como o mapeamento das falhas e irregularidades identificadas por órgãos de controle; a realização de reuniões e visitas técnicas à hospitais da rede pública e privada; as solicitações de informações e a elaboração de diagnóstico.

4.1 Realização de Comissão Geral

A primeira ação da Comissão foi a realização de uma Comissão Geral que teve como objetivo promover o intercâmbio de conhecimentos e ampliar o diálogo sobre as falhas da gestão da rede pública de saúde do DF identificadas nas fiscalizações dos órgãos de controle. Este evento possibilitou à Comissão o mapeamento das falhas de gestão mais recorrentes.

Participaram da mesa de debate representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), da Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), do Ministério Público de Contas do Distrito Federal (MPC/DF), da Defensoria Pública do Distrito Federal, do Conselho de Saúde do Distrito Federal e da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES). Ainda estiveram presentes no evento pessoas ligadas aos conselhos regionais de saúde do DF, conselhos de classe relacionados à saúde, instituições de ensino com cursos na área de saúde; gestores de unidades vinculadas à SES; servidores públicos da área Federal que se relacionam com a SES; servidores dos órgãos representados na mesa e parlamentares da CLDF.



Comissão Geral realizada em 06 de agosto de 2015

4.2 Solicitações de Informações (Requerimentos e ofícios): SES, HBDF e HRAN

A CFGTC apresentou 02 (dois) Requerimentos de Informação, de nº 545/2015 e 642/2015, direcionados aos Diretores-Gerais do Hospital de Base (HBDF) e do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN) respectivamente, visando obter informações para verificação de possíveis falhas na condução das unidades e acompanhamento da gestão. As informações/documentos solicitados por meio dos requerimentos foram:

- a) Planejamento estratégico e plano de trabalho ou documento similar definido para o ano corrente;
- b) Organograma institucional com a indicação dos nomes, descrição do perfil (tipo de vínculo empregatício, carreira a qual pertence no caso de servidor, descrição da experiência profissional, formação), valor dos salários de cada ocupante de cargo em comissão. No caso de terem médicos lotados em cargos de chefia ou funções administrativas, informar se o mesmo presta atendimento médico aos pacientes da rede pública;

- c) Escala dos médicos, enfermeiros e técnicos plantonistas definida para cada dia do mês corrente e dois meses subsequentes, com a indicação do horário de início e término do plantão, dos nomes dos servidores, do andar do hospital em que cada um estará atuando e da respectiva especialidade, no caso dos médicos;
- d) Relação dos contratos vigentes, com a descrição do objeto; valor, número e data de vigência do contrato; nome e contato do servidor designado como gestor do contrato;
- e) Relação dos medicamentos, materiais médico-hospitalares, órteses e próteses em falta e descrição das providências adotadas para regularização;
- f) Relação de equipamentos de diagnóstico e imagem que porventura não estejam em funcionamento, com a indicação do motivo para o não uso, do período em que o equipamento está parado e descrição das providências adotadas para resolução.

Com base nas informações prestadas pelo HBDF foram obtidas as seguintes constatações:

1 - Desabastecimento no HBDF, incluindo falta de medicamentos, de materiais de laboratório, de materiais cirúrgicos críticos e de órteses, próteses e materiais especiais, indicando que as aquisições realizadas pelo Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde (PDPAS), bem como as solicitações de regularização dos estoques pela Administração Central/SES não têm sido suficientes.

2 - Elevado número de contratos vencidos, que se referem à manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, à prestação de serviços e ao fornecimento de materiais de uso continuado. A descontinuidade desses serviços coloca em risco a operação de equipamentos e a qualidade do atendimento à população. Alguns equipamentos já estão inoperantes, como a Gama-Câmara Millennium da GE, a Gama-Câmara Forte da Phillips, o Tomógrafo Óptima 660 da GE e o Monitor Cardíaco da marca Medrad para ambiente de ressonância magnética.

3 – Não consta nos documentos enviados a situação atual do Hospital avaliada pelos indicadores propostos pelo Planejamento Estratégico. Também não foi informada a periodicidade com que os indicadores são avaliados e não houve quantificação das metas a serem atingidas.

4 - Há quinze cargos de chefia e gerência vagos, com potenciais prejuízos à gestão do Hospital.

5 - No Organograma enviado não consta o Núcleo de Vigilância Epidemiológica, porém há o cargo, ocupado, de chefe deste Núcleo, devendo ser atualizado o Organograma.

6 - O nível do DFG do cargo de Chefe do Núcleo de Medicamentos que consta na informação prestada pelo HBDF (DFG-05), é inferior ao de todos os demais chefes de Núcleo (DFG-07).

7 - A Chefe do Núcleo de Citologia e Anatomia Patológica, que, segundo o Quadro Demonstrativo de Cargos Comissionados - 2015 não possui vínculo efetivo, percebe apenas o valor da representação do DFG-07 e não o valor integral da remuneração do cargo, como deveria ocorrer em caso de servidor sem vínculo efetivo.

8 - Há um dermatologista prestando serviço na Unidade de Reumatologia.

9 - Na análise das escalas constatou-se que há núcleos em que o número de servidores realizando apenas horas-extras é maior do que o de servidores cumprindo o horário contratual.

10 - Há diversos servidores que não cumprem sua carga horária integral na unidade em que estão escalados, sem justificativa ou observação na escala.

11 – Vinte e oito Currículos de ocupantes de cargos comissionados não foram enviados à CFGTC.

Diante dos apontamentos a Comissão solicitou alguns esclarecimentos ao HBDF, por meio do Ofício nº 58/2015 – CFGTC/CLDF, e aguarda a resposta do hospital.

Adicionalmente, considerando a situação de desabastecimento e o elevado número de contratos vencidos relatados, foi solicitado à Secretaria de Estado de Saúde, por meio do Ofício nº 59/2015 – CFGTC/CLDF, informar as medidas adotadas para solucionar tais problemas.

Em relação ao HRAN cabe informar que as respostas ao requerimento foram enviadas e estão sendo analisadas no âmbito da CFGTC.

4.3 Realização de Visitas Técnicas

O Deputado Joe Valle, acompanhado da equipe técnica da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, visitou o Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF), no dia **04 de agosto de 2015**. O Deputado e a equipe foram recebidos pela Diretora-Geral do Hospital e demais diretores e gerentes.

Na ocasião, o Deputado Joe Valle inquiriu os presentes sobre diversos aspectos da administração da unidade de saúde, tendo, ao final da visita, apresentado as questões formuladas por escrito à Diretora-Geral. O parlamentar solicitou ainda que as respostas fossem encaminhadas à CFGTC no prazo de quinze dias.

A resposta do Hospital de Base foi enviada à Comissão por intermédio do Ofício nº 1622/2015 – Gab/HBDF, datado de 24 de agosto de 2015, e resultou no relatório técnico disponibilizado na página da CFGTC, na *intranet*, para apreciação dos membros da Comissão.

Em continuidade e desdobramento à visita realizada no dia 04 de agosto, o Deputado Joe Valle, acompanhado da equipe técnica da CFGTC realizou a segunda visita ao HBDF no dia **19 de agosto de 2015**. A visita proporcionou à Comissão conhecer o processo de acolhimento na Emergência do hospital e verificar a situação da Farmácia – sistemática de controle, abastecimento, condições de estoque, etc. Chamou a atenção na visita à farmácia a situação de exposição de alguns medicamentos nos corredores acessíveis a qualquer pessoa e a fragilidade do controle de medicamentos e material hospitalar.



Em razão dos problemas identificados na farmácia, a Comissão decidiu por focar suas ações de fiscalização nesta área. Em decorrência disso, a Comissão demandou uma reunião com a área de TI da Secretaria de Saúde, que aconteceu no dia **9 de setembro**, para conhecer o funcionamento das ferramentas TrakCare e Alphaslink, utilizadas pela rede pública. Os softwares são usados para gestão de dados de pacientes e também do estoque de medicamentos, materiais médico-hospitalares e materiais de consumo. Na reunião, que contou com a participação do Gerente da Farmácia do HBDF convidado pela CFGTC, foi possível verificar as potencialidades das ferramentas e sugerir aprimoramentos necessários e possíveis para melhoria do controle pelas farmácias.

Ainda no período abrangido por este relatório, a Comissão organizou visitas técnicas à dois hospitais da rede privada do DF para conhecer o processo logístico das farmácias. Os hospitais Santa Lúcia e Anchieta foram os escolhidos por apresentarem os melhores níveis de certificação internacional em razão da qualidade do desempenho de seus processos. Além do Deputado Joe Valle e da equipe técnica da CFGTC participaram das visitas realizadas no dia **13 de outubro**, dois farmacêuticos do Hospital de Base e Hospital Regional da Asa Norte, a Diretora de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Saúde e o Assessor da Secretaria de Saúde responsável pelos projetos de melhoria das farmácias. Na ocasião, foram discutidas melhorias para as farmácias do HBDF e do HRAN, que são o foco da Comissão nesse primeiro momento.

Por fim, há que se mencionar a visita realizada no HRAN no dia **29 de julho** que resultou no apoio da Comissão na elaboração do planejamento estratégico do hospital.



Reunião para conhecer o TrakCare e Alphaslink



Reunião com a equipe do Hospital Anchieta



Reunião com Gerente do Hospital Santa Lúcia

5. PROPOSTA DE CADERNO DE RESPONSABILIDADE ATIVA

Em 23 de abril de 2015, entrou em vigor a Lei Distrital nº 5.472, que dispõe sobre os cadernos de responsabilidade ativa, estabelece diretrizes de fiscalização e controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, e dá outras providências. Em seu artigo 4º, parágrafo único, a norma prevê que o Caderno de Responsabilidade Ativa será padronizado e disponibilizado no sítio da Câmara Legislativa na internet, para preenchimento trimestral e anual pelos órgãos e pelas entidades públicas do Distrito Federal. No âmbito da CLDF, conforme prevê o art. 69-C, I, d, do Regimento Interno, compete à Comissão de Fiscalização, Transparência, Governança e Controle – CFGTC instituir o referido caderno.

Nesse contexto, a matéria foi posta em discussão na 1ª Reunião Ordinária da CFGTC, ocorrida em 30 de abril de 2015, sendo deliberado que a Comissão deveria articular com a Mesa Diretora no sentido de instituir grupo de trabalho - GT para formular os cadernos de responsabilidade ativa, como previsto na Lei.

Deste modo, foi solicitado a cada membro da Comissão que indicasse um servidor para compor o GT. Todos indicaram e em 12 de junho de 2015 foi publicado o Ato do Presidente nº 506/2015 que criou o GT.

O Relatório com a proposta de Caderno de Responsabilidade Ativa foi entregue pelo grupo e disponibilizado aos membros da Comissão na página da CFGTC, na *intranet*, para apreciação na 2ª Reunião Extraordinária, a realizar-se em 20 de outubro de 2015.



Reunião do Grupo de Trabalho constituído para elaboração de proposta de Caderno de Responsabilidade Ativa

6. AVALIAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

De acordo ao disposto no art. 5º da Lei Federal Nº 12.527/2011 e da Lei Distrital Nº 4.990/2012, que regulam o acesso a informações (LAI) no âmbito federal e distrital, respectivamente, “É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, a ser franqueado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente e clara, e em linguagem de fácil compreensão”.

Estas leis trazem como diretrizes: a) a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; b) a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações; c) a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; d) o fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; e d) o desenvolvimento do controle social da administração pública (art. 3º da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e da Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012).

Para que esse grande avanço na transparência governamental, conseguida por meio de leis, represente verdadeiramente uma realidade para o cidadão do Distrito Federal, cabe aos órgãos competentes a fiscalização e o controle de seu cumprimento. Sendo esse um dos papéis que incumbe à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle (CFGTC) da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), que tem entre suas atribuições analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre matéria referente à política de acesso à informação e à transparência na gestão pública, foi elaborado relatório de avaliação do Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal – GDF (<http://www.transparencia.df.gov.br/>).

O relatório foi disponibilizado aos membros da Comissão na página da CFGTC, na *intranet*, para apreciação na 2ª Reunião Extraordinária, a realizar-se em 20 de outubro de 2015.

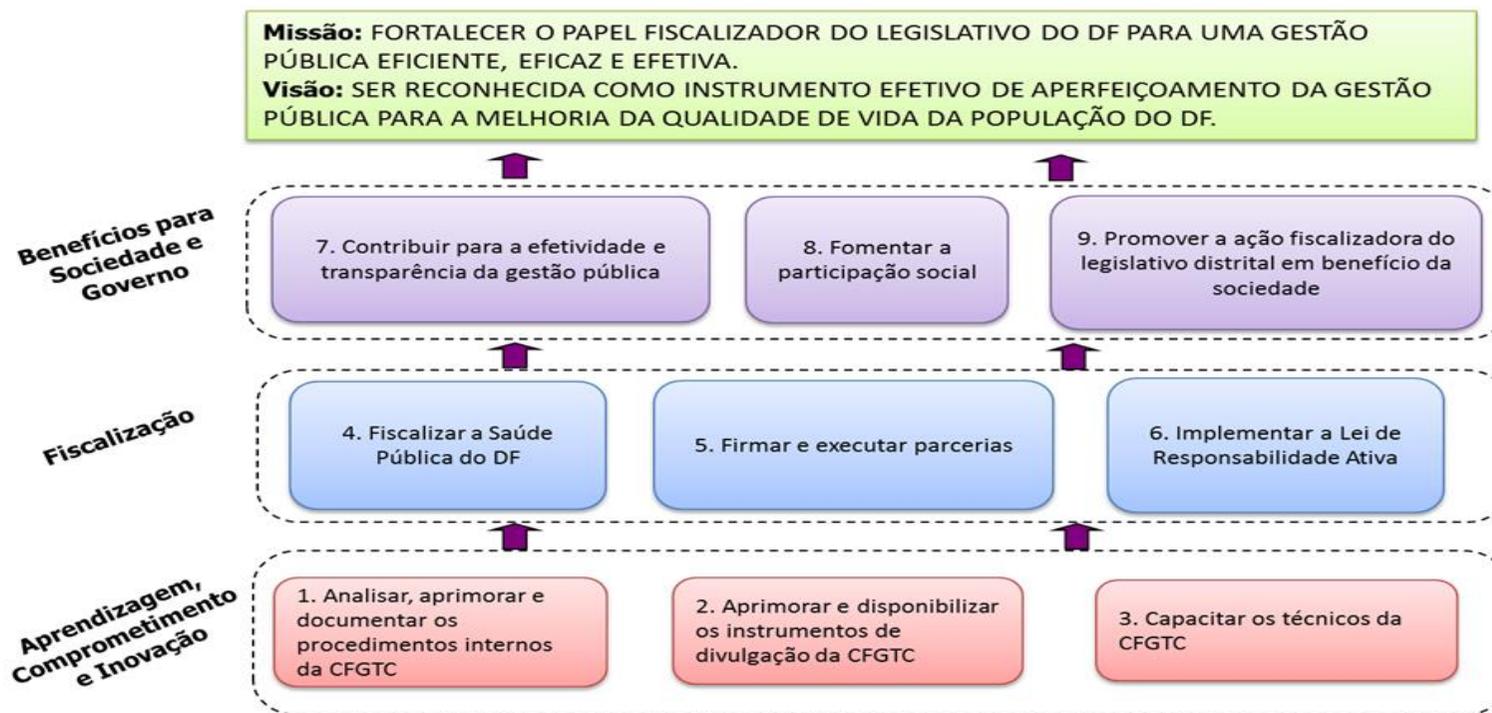
O intuito deste trabalho é contribuir para o aperfeiçoamento do acesso às informações governamentais disponibilizadas pelo Governo do Distrito Federal (GDF) aos cidadãos.

7. PLANEJAMENTO DA COMISSÃO

7.1 Planejamento Estratégico

Durante o primeiro semestre foram realizadas 4 (quatro) oficinas para elaboração do primeiro planejamento estratégico da Comissão, que contou com a participação de todos os servidores da Comissão e de representantes indicados pelos Deputados Rafael Prudente e Rodrigo Delmasso. O documento resultante das oficinas, contendo o mapa estratégico, objetivos e iniciativas estratégicas e indicadores, foi encaminhado aos gabinetes dos membros e aprovado por unanimidade na 3ª Reunião Ordinária.

Quadro I - Mapa Estratégico da CFGTC



7.2 Plano de Trabalho

Em cumprimento ao § 6º do Art. 69-C do Regimento Interno da Câmara Legislativa também foi apresentado e aprovado sem ressalvas na 3ª Reunião Ordinária o Plano Anual de Trabalho da Comissão para 2015, elaborado com base no Art. 69-C do RI/CLDF, no Planejamento Estratégico da CFGTC e em debates ocorridos no âmbito da Comissão.

O Plano de Trabalho apresenta os objetivos imediatos previstos para 2015, descrevendo os resultados esperados, as atividades e ações necessárias, o cronograma de execução, as metas a serem atingidas em cada uma das atividades e os respectivos responsáveis técnicos. Na tabela 4, a seguir, é apresentado os objetivos e resultados esperados.

Vale esclarecer que os trabalhos de fiscalização e controle realizados pela Comissão são originados em representações públicas, demandas parlamentares ou decorrem do Plano de Anual de Trabalho. As representações e as demandas parlamentares, surgem durante todo o ano, sem que se possa prever a ocorrência ou o tema a ser tratado. Desta forma, não se pretendeu com este Plano Trabalho esgotar as ações da Comissão para 2015, mas sim apresentar as ações consideradas prioritárias.

Tabela 4 – Objetivos e resultados esperados do plano de trabalho 2015

OBJETIVOS IMEDIATOS	RESULTADOS ESPERADOS
Objetivo 1 - Desenvolver e aperfeiçoar instrumentos necessários à padronização, transparência e melhoria das ações da CFGTC	<p>Resultado 1.1 - Procedimentos internos da CFGTC analisados, aprimorados e documentados</p> <p>Resultado 1.2 - Instrumentos de divulgação da CFGTC desenvolvidos, aprimorados e disponibilizados</p>
Objetivo 2 - Capacitar os técnicos da CFGTC e promover ações necessárias à fiscalização e o controle dos atos que envolvam gastos de órgãos e entidades da administração pública	<p>Resultado 2.1 - Técnicos da CFGTC capacitados</p> <p>Resultado 2.2 - Parcerias firmadas e executadas</p> <p>Resultado 2.3 – Lei de Responsabilidade Ativa implementada (Lei Distrital nº 5.472, de 28 e abril de 2015)</p> <p>Resultado 2.4 – Saúde pública do DF fiscalizada</p>

